

Camelô desafia fiscalização

E volta a comercializar seus produtos no SCS, rompendo a trégua com o governador

William França

Os camelôs voltaram para o Setor Comercial Sul desafiando a fiscalização da Administração Regional de Brasília e rompendo a trégua acertada com o governador Joaquim Roriz, sábado passado. Pelo acordo, os camelôs esperariam até hoje, quando seriam anunciados os locais para se estabelecer, sem trabalhar. Sem barracas ou bancas estabelecidas, os ambulantes fizeram uma espécie de jogo de "esconde-esconde". Quando os fiscais chegavam, eles desapareciam. Tão logo a fiscalização saía, eles expunham seus produtos que traziam em sacolas ou mesmo na mão.

"Não tenho medo da fiscalização. Tenho medo é de morrer de fome", disse Eliel de França, um dos quase 50 camelôs que na tarde de ontem ocuparam a frente do Banco Itaú, onde antes funcionava a "Rua do Paraguai". Com seus aparelhos eletrônicos importados guardados dentro de uma sacola, Eliel só esperou que os dois fiscais de posturas da administração fossem para outra área para expor suas mercadorias. Ele e pelo menos outros 20 camelôs. Isto aconteceu às 15h30.

Queixas

Para evitar surpresas, os camelôs mantêm "olheiros" em pontos estratégicos, atentos à aproximação da fiscalização. "Eles mantêm distância da gente e saem quando chegamos", contou Jaime Ferreira, um dos fiscais que percorria a pé, na tarde de ontem, todas as seis

quadras do Setor Comercial à procura dos ambulantes. No meio da tarde ele não havia apreendido nenhuma mercadoria, embora estivesse acompanhado por um colega e por dois policiais militares, destacados para apoiá-lo.

A trégua acertada com o governador Roriz no sábado, durante reunião no Ginásio Cláudio Coutinho, só foi respeitada mesmo durante a segunda-feira e também na área próxima à Rodoviária. "Estive aqui ontem (terça-feira) e vi uns três vendendo com a sacola. Daí resolvi vir hoje (ontem) e já deu para passar alguma coisa", contou Reginaldo Barbosa, que também comercializa produtos paraguaios em frente ao Banco Itaú. A mesma história é repetida por outros vários camelôs.

Há os que não se consideram enquadrados na categoria de vendedores ambulantes e reclamam da discriminação de que foram, segundo eles, vítimas. "Trabalho como sapateiro há 10 anos, sendo seis deles junto do Itaú e agora estou proibido de ganhar meu dinheiro. É a minha única fonte de renda e estou tendo até que pedir dinheiro emprestado", queixou-se Jurandir Avelino. "Estou tendo de correr de fiscais, mas no meu trabalho não dá", continuou o sapateiro, usando um fato corriqueiro de sua função para ilustrar seu drama. "Imagine se estou consertando o salto de um sapato de uma senhora que quebrou na rua. Se chega o 'rapa', saio correndo. Daí, levo o sapato, deixo o sapato ou levo a mulher e o sapato?", questionou Avelino.

Telegramas apóiam remoção

"Sem os camelôs nas ruas, o céu de Brasília ficou mais limpo", diz um dos muitos telegrams enviados à Administração Regional de Brasília em apoio à decisão do administrador, Haroldo Meira, de disciplinar o comércio ambulante no Plano Piloto. Segundo assessores, além dos telegramas têm chegado telefonemas de solidariedade de vários segmentos da sociedade, numa média de dez, diariamente. "A cidade está mais limpa sem as barracas nos caminhos", relata a maioria dos telefonemas.

Um simples passeio pelas ruas do Setor Comercial Sul é suficiente para comprovar que os telefonemas têm consistência. Não que o Serviço de Limpeza Urbana tenha "caprichado" mais na limpeza do setor. É que, sem as barracas, pode-se notar o espaço que existe na área, e até mesmo as concentrações humanas e de veículos que infernizam a vida dos brasilienses parecem amenizadas. "Deve ser is-

so a tal da poluição visual", diz a vendedora autônoma, Maria de Lourdes Figueiredo, que conhece "há muito tempo" o SCS. "Parece que ficou mais fácil de andar aqui", ralata o bancário Emerson Spartatino.

A estreita calçada defronte ao Banco Itaú, onde preferencialmente se instalavam os ambulantes vendedores de produtos importados do Paraguai, estava praticamente irreconhecível. Exceto nos momentos que, aproveitando-se da ausência da fiscalização, os camelôs abriam suas sacolas com rádios, pianos eletrônicos, meias finas, canetas e outras quinquilharias. "Aumenta até a sensação de segurança, pois antes eu sempre pensava que ia ser roubado e ficaria sem minha carteira quando passava nesse corredor de barracas" disse um senhor que se identificou apenas como funcionário público. (WF)

Cadastrados chegam a 750

Até a tarde de ontem, cerca de 750 camelôs já haviam se cadastrado no Sindicato dos Vendedores Ambulantes do DF na tentativa de conseguir uma vaga nas áreas a serem determinadas para esse tipo de comércio. Todos se disseram antigos ocupantes de áreas no Setor Comercial Sul e adjacências. Cabe agora ao sindicato conferir as informações prestadas quanto à antiguidade de cada um na atividade, o tempo de residência em Brasília, o número de filhos e a situação familiar.

Somente hoje, quando se definirem quais as novas áreas a serem ocupadas pelos camelôs é que se saberá o número exato dos que terão licença para trabalhar. Segundo o secretário do sindicato, Antônio Lima, caso sejam estabelecidas, por

exemplo, 500 vagas para 550 habilitados, a seleção será feita por uma comissão de seis ambulantes "veteranos". "Os seis olharão cada um dos camelôs, de frente, e dirão se ele é antigo ou novo na área. Se for antigo, ganha licença. Se a gente achar que é novo no ramo, fica sem seu espaço", disse Lima.

Ontem, a Administração Regional de Brasília publicou nos jornais uma listagem com 204 nomes de camelôs da Rodoviária previamente inscritos, autorizados a trabalharem por 30 dias no interior doanel viário Oeste da Rodoviária, na direção da Torre de TV. Os ambulantes só poderão trabalhar às sextas, sábados e domingos, e suas licenças podem ser canceladas a qualquer momento sem aviso prévio. (WF)